

ARTESP

AGÊNCIA REGULADORA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

**ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE I
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, ECONOMIA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 01/2025

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Maxi
educa

SUMÁRIO



ARTESP

Especialista em Regulação de Transporte I - Administração, Ciências Contábeis, Economia, Administração Pública ou Engenharia de Produção

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|---|----|
| Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) | 1 |
| Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras | 7 |
| Pontuação | 14 |
| Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem | 25 |
| Concordância verbal e nominal | 37 |
| Regência verbal e nominal | 43 |
| Colocação pronominal | 50 |
| Crase | 53 |
| Questões | 57 |
| Gabarito | 77 |

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

| | |
|---|----|
| Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; potências e raízes | 1 |
| Múltiplos, divisores, números primos | 20 |
| Sistemas de Unidades de Medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo | 23 |
| Razão e proporção: Proporção; Relação entre grandezas | 29 |
| Regra de três simples e regra de três composta | 31 |
| Porcentagem | 32 |
| Juros simples e juros composto | 34 |
| Equação do 1º grau, equação do 2º grau, sistemas de equações, equações exponenciais e logarítmicas | 37 |
| Funções: afins, quadráticas, exponenciais, logarítmicas | 52 |
| Progressões aritméticas e geométricas | 69 |
| Análise combinatória: permutação, arranjo e combinação; Probabilidade | 73 |
| Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana, moda); Interpretação e elaboração de tabelas e gráficos | 79 |
| Geometria plana: polígonos, circunferência, círculo, teorema de Pitágoras, trigonometria no triângulo retângulo; perímetros e áreas; Geometria espacial: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera; áreas e volumes | 84 |

SUMÁRIO

SUMÁRIO



| | |
|--|-----|
| Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elemento..... | 92 |
| Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial | 96 |
| Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas | 119 |
| Questões | 127 |
| Gabarito..... | 134 |

REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

| | |
|--|----|
| O papel regulador do Estado. Pressupostos, objetivos e instrumentos. conceitos básicos: regulação econômica e social. Externalidades, bens públicos e bens comuns. assimetria de informação (seleção adversa e perigo moral); falhas de mercado (barreiras de entrada). Estado e regulação. Falhas de governo. Conceitos de regulação, desregulação e re-regulação | 1 |
| Abordagens econômicas. Teoria econômica da regulação teoria da captura teoria do agente principal | 10 |
| Formas de regulação. Regulação de preço. Regulação de entrada. Regulação de qualidade. Regulação setorial | 13 |
| Regulação do setor de transportes terrestres no Brasil | 18 |
| Boas práticas regulatórias: Análise do Impacto Regulatório | 21 |
| Regulação e formação de preços para estruturas de mercado de concorrência imperfeita..... | 23 |
| Conceitos básicos sobre regimes tarifários..... | 25 |
| Tarifação por custo de serviço..... | 26 |
| Tarifação por preço teto..... | 27 |
| Regulação por incentivos. Regulação para competição. Regulação Responsiva | 29 |
| Governança regulatória | 32 |
| Intervenções e estratégias regulatórias..... | 33 |
| Agenda Regulatória e o processo de participação e controle social..... | 34 |
| Monitoramento e revisões da Agenda Regulatória | 37 |
| Métodos de avaliação de resultado regulatório..... | 38 |
| Agências Reguladoras. Histórico, conceito, características e controle. Entidades reguladoras no Brasil. Estrutura jurídica e funções. Autonomia administrativa e poder normativo..... | 39 |
| Reforma do Estado e o papel das Agências Reguladoras | 48 |
| Ferramentas de planejamento regulatório..... | 49 |
| Questões | 50 |
| Gabarito..... | 57 |

SUMÁRIO

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO APLICADA À REGULAÇÃO EM TRANSPORTES

| | |
|--|----|
| Lei Complementar estadual nº 1413, de 23/09/2024 | 1 |
| Lei federal nº 9.704, de 07/07/1995 (estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos)..... | 31 |
| Lei federal nº 8.987, de 13/02/1995 (sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, art. 175 da Constituição Federal)..... | 42 |
| Lei estadual nº 7.835, de 08/05/1992 (dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos e dá providências correlatas)..... | 54 |
| Lei estadual nº 16.933, de 24/01/2019 (estabelece diretrizes gerais para a prorrogação e relicitação dos contratos de parceria e dá providências correlatas) | 61 |
| Questões | 66 |
| Gabarito..... | 70 |

EXCEL

| | |
|---|----|
| Formatação Condicional; Filtros; Funções de pesquisa (PROCX, PROCV, PROCH); Operadores Aritméticos (soma, subtração, multiplicação e potência; Operadores condicionais (SE, E/OU); Tabela dinâmica; Gráficos; Gráficos dinâmicos; Fórmulas de texto (EXT.TEXTO; NÚM.CARACT; CONCATENAR; DIREITA; ESQUERDA; LOCALIZAR) | 1 |
| Questões | 19 |
| Gabarito..... | 24 |

REGULAÇÃO ECONÔMICA

| | |
|---|----|
| Elasticidade da demanda | 1 |
| Teoria da firma..... | 2 |
| Teoria econômica de indústrias reguladasEstrutura de mercado, concorrência perfeita e monopolística, oligopólio, monopólio..... | 9 |
| Falhas de mercado, externalidades, bens públicos, assimetria de informação (seleção adversa e perigo moral)..... | 18 |
| Regulação e formação de preços para estruturas de mercado de concorrência imperfeita..... | 24 |
| Conceitos básicos sobre regimes tarifários. Tarificação por custo de serviço. Tarificação por preço teto | 24 |
| Teorias da Regulação. Princípios e motivação. Teorias e conceitos básicos..... | 25 |
| Regulação por incentivos | 33 |
| Regulação para competição..... | 33 |
| Price Cap..... | 34 |



SUMÁRIO



| | |
|--|----|
| Revenue Cap..... | 39 |
| Análise do Impacto Regulatório..... | 46 |
| Estrutura de capital e Custo do capital..... | 46 |
| Modelo de Precificação de Ativos de Capital: Capital Asset Pricing Model - CAPM..... | 52 |
| Custo médio ponderado de capital: Weighted Average Cost of Capital – WACC..... | 59 |
| Questões | 67 |
| Gabarito..... | 71 |

MATEMÁTICA FINANCEIRA

| | |
|---|----|
| Juros simples; Juros compostos; Sistema price; Sistema SAC; Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos | 1 |
| Precificação e operações com títulos públicos federais; Títulos com cupom e sem cupom..... | 16 |
| Modelos clássicos de análise de investimentos; Valor presente líquido; Taxa interna de retorno | 20 |
| Taxa de mínima atratividade..... | 24 |
| Eficiência de mercado | 27 |
| Custo de capital; Custo médio ponderado do capital..... | 32 |
| Modelos CAPM..... | 38 |
| Valor em risco..... | 42 |
| Métodos de avaliação de fluxos de caixa: Valor Presente e Taxa Interna de Retorno... | 44 |
| Questões | 47 |
| Gabarito..... | 52 |

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

| | |
|--|----|
| Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose) | 1 |
| Probabilidade; Definições básicas e axiomas; Probabilidade condicional e independência | 16 |
| Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados..... | 32 |
| Questões | 37 |
| Gabarito..... | 45 |

SUMÁRIO

SUMÁRIO



MÉTODOS QUANTITATIVOS

| | |
|--|----|
| Modelos matemáticos aplicados a economia. Modelo oferta e demanda Equilíbrio de mercado. Propriedades do Equilíbrio. Modelos com mercadorias Operações com matrizes. Modelos insumo e produto..... | 1 |
| Estática comparativa e conceito de derivadas. Derivada e inclinação de curva. Elasticidades. Continuidade e diferenciabilidade de uma função. Diferenciação de funções com uma, duas ou mais variáveis. Diferenciação parcial em modelos econômicos. Problema do consumidor. Problema do produtor..... | 9 |
| Otimização com restrição. Maximização de utilidade. Maximização de produção. Minimização de custos. Função Cobb-Douglas. Função CES..... | 20 |
| Funções exponenciais e logarítmicas | 25 |
| Questões | 25 |
| Gabarito..... | 30 |

CONTABILIDADE GERAL

| | |
|---|-----|
| Estrutura Conceitual Básica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis: objetivos dos relatórios contábeis; características da informação contábil; estrutura conceitual; funções da contabilidade..... | 1 |
| Aspectos contábeis definidos na Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores (principalmente as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009, Resolução 1.710/2023 e Deliberação CVM nº 677/2011 | 8 |
| Balanço Patrimonial (BP): conceitos de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido; identificação, mensuração e evidenciação dos elementos do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido; classificação e estrutura de apresentação; critérios de avaliação de ativos e passivos; redução ao valor recuperável de Ativos (Impairment); ajuste a valor presente; avaliação ao valor justo | 105 |
| Elementos do Ativo: caixa e equivalentes de caixa; Estoques; Contas a Receber de Clientes; Despesas antecipadas; Instrumentos Financeiros; Investimentos; Imobilizado; Intangíveis | 113 |
| Elementos do Passivo: Fornecedores; Empréstimos e Financiamentos; Obrigações Fiscais; Contas a pagar, Provisões e contingências | 115 |
| Elementos do Patrimônio Líquido: Capital Social; Reservas de Capital; Reservas de Lucros; Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | 117 |
| Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): conceitos de receitas e despesas; classificação e estrutura de apresentação; critérios de avaliação das receitas e despesas; Ajustes a Valor Presente; momento do reconhecimento das receitas e despesas; apuração da Receita Líquida, do Resultado Bruto, do Resultado antes de Impostos e Participações e do Resultado Líquido | 124 |
| Demonstração do Resultado Abrangente (DRA): conceitos de resultado abrangente; classificação e estrutura de apresentação | 126 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): conceitos de reservas de capital, reservas de lucros e ajustes de avaliação patrimonial; critérios de cálculo de acordo com a Lei Nº 6.404/1976 e alterações posteriores; classificação e estrutura de apresentação..... | 128 |

SUMÁRIO



| | |
|---|-----|
| Demonstração do Valor Adicionado (DVA): conceito de Valor Adicionado; classificação e estrutura de apresentação | 138 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): Classificação dos componentes em Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento; estrutura e formas de apresentação..... | 147 |
| Escrituração de operações: conceitos e lançamentos contábeis..... | 161 |
| Balancete de Verificação | 169 |
| Análise das demonstrações contábeis: Análise horizontal, vertical e por quociente; índices de liquidez, endividamento, prazos médios, de rentabilidade e de Lucratividade | 171 |
| Questões | 182 |
| Gabarito..... | 186 |

ADMINISTRAÇÃO

| | |
|--|----|
| Principais funções da administração: planejamento, organização, direção e controle; Descentralização; Delegação..... | 1 |
| Análise de processos de trabalho | 12 |
| Administração de empregos públicos e salários | 13 |
| Planejamento Organizacional: planejamento estratégico, tático e operacional | 15 |
| Visão sistêmica..... | 18 |
| Departamentalização..... | 19 |
| Organização, sistemas e métodos | 20 |
| Organização do Estado e da Administração Pública | 28 |
| Modelos teóricos de Administração Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial ... | 53 |
| Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada | 60 |
| Princípios da Administração Pública | 62 |
| Questões | 68 |
| Gabarito..... | 75 |

SUMÁRIO

SUMÁRIO



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO)

| | |
|--|-----|
| Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Direitos e Garantias Fundamentais..... | |
| Organização do Estado; Formas de Estado e formas e sistemas de governo | 18 |
| Constituição do Estado:Artigo 111..... | 43 |
| Lei estadual nº 10.294/1999, atualizada pela Lei nº 1.149/2024, proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo | 44 |
| Administração Pública Direta e Indireta: conceito; Autarquia: conceito; Autarquia Especial: conceito..... | 51 |
| Poder de Polícia: conceito e elementos | 57 |
| Serviços Públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização | 60 |
| Funções típicas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário | 79 |
| Lei federal nº 12.527/ 2011, e Decreto nº 68.155/2023 (regulamentação); Acesso à Informação..... | 125 |
| Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), Disposições Preliminares..... | 153 |
| Tribunal de Contas do Estado: Lei Complementar nº 709/1993, retificada em 22/02/1993, Competência e atribuições | 176 |
| Controladoria Geral do Estado: Lei Complementar 1.419/2024 e Decreto 69.183/2024, Atribuições e organização | 182 |
| Decreto nº 69.328/2025, Ética na Administração do Estado..... | 199 |
| Código de Ética e Conduta da ARTESP | 210 |
| Lei federal nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021, sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal..... | 213 |
| Lei Federal nº 13.869/2019, Abuso de Autoridade | 213 |
| Lei estadual nº 10.177/1998, Processo Administrativo e Procedimento Sancionatório . | 228 |
| Questões | 235 |
| Gabarito..... | 249 |

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

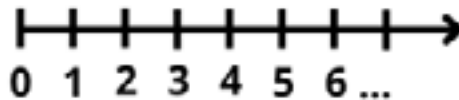
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.
- $N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.



► Pressupostos

As transformações ocorridas nos últimos anos (de forma acentuada no Brasil, mas igualmente em vários países do continente europeu que guardam muita semelhança com nossa tradição de intervenção estatal e de estrutura jurídica) apontam para uma redução da intervenção direta e do incremento de uma nova forma de intervenção, substancialmente distinta daquela acima divisada. Tem lugar entre nós o fortalecimento do papel regulador do Estado em detrimento do papel do Estado produtor de bens e serviços¹.

Os pressupostos da regulação protegem os direitos fundamentais, com a administração interventora do estado, preocupado com a figura do administrador, em gerenciá-lo. Como pressuposto do estado regulador temos a existência de um mercado de direito, que assegure a competição existente, facilitando a competição, garantido a melhor forma de se promover uma igualdade entre as entidades envolvidas, fazendo assim que o monopólio perca seu espaço.

O princípio da igualdade tem seus problemas com o Direito Regulatório, já que a existência de pessoas jurídicas causa a desigualdade nas relações econômicas, pois pense da seguinte forma; a pessoa jurídica causa desigualdade nas relações econômicas, por ser detentora de vantagens em face das pessoas físicas. Mais um pressuposto aponta que através da intervenção do Estado, garante-se a preservação de prestações materiais, incluindo os serviços públicos ou os privados que são fundamentais para que a sociedade exerça seus direitos fundamentais.

Com a influência da doutrina administrativa francesa nasce o Estado regulador que gerencia o normativo da administração que é regulada por leis.

► Objetivos e instrumentos

Em geral, a ação regulatória é movida por três grandes objetivos, nem sempre coincidentes. Isso implica que parte da prática regulatória é encontrar, por meio das suas ações, um equilíbrio entre eles que seja adequado às características da sociedade.

O primeiro dos grandes objetivos da regulação envolve os chamados objetivos financeiros. De uma forma geral, tais objetivos estão relacionados com a capacidade dos entes regulados em auferir receitas para assegurar a operação continuada do empreendimento. Ou seja, o atendimento desse objetivo implica a geração de receita por parte das empresas, tais que sejam suficientes para cobrir os custos operacionais, bem como os investimentos presentes e futuros considerados como necessários.

Para a operacionalização desses objetivos, usualmente o processo regulatório estabelece um valor mínimo de receitas a ser alcançado com a evolução dos preços regulados, a chamada “exigência de receita”. Idealmente, a regulação de preços também não deve permitir que a entidade regulada aufera receitas além deste nível.

Em paralelo a isso, há outro conjunto de objetivos, os chamados objetivos de eficiência econômica. O princípio norteador deste grupo é o oferecimento eficiente dos serviços aos usuários, sendo que eficiência deve ser entendida no sentido econômico do termo.

Dentro dessa definição de eficiência, pode-se utilizar de três direções possíveis de análise. A primeira delas, a eficiência alocativa, implica que a regulação de preços deve ser estruturada de tal sorte que os produtos ou serviços regulados sejam oferecidos à sociedade pelos produtores de menor custo e que, além disso, eles devem ser adquiridos pelos consumidores que mais os valorizam. O paradigma usual de comparação neste caso são os preços que prevaleceriam em um contexto de competição perfeita encontrado em livros-texto de economia.

¹ <https://anacpmm1994.jusbrasil.com.br/artigos/717730797/os-pressupostos-teoricos-do-estado-regulador/amp>



LEI COMPLEMENTAR Nº 1.413, DE 23 DE SETEMBRO DE 2024

(Última atualização: Retificação de 21/02/2025)

Dispõe sobre o regime jurídico das agências reguladoras estaduais, transforma o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE em Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP-ÁGUAS, e dá providências correlatas.

- Vide Decreto nº 69.339, de 04/02/2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

TÍTULO I

DAS AGÊNCIAS REGULADORAS ESTADUAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Esta lei complementar dispõe sobre o regime jurídico das agências reguladoras estaduais, autarquias de regime especial, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de São Paulo.

Artigo 2º - Para os fins desta lei complementar, consideram-se agências reguladoras:

I - a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, criada pela Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002;

II - a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, criada pela Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007;

III - a Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP-ÁGUAS, resultante da transformação de que trata o artigo 66 desta lei complementar.

§ 1º - Ressalvado o que dispuser a legislação específica, aplica-se esta lei complementar às autarquias de regime especial caracterizadas como agências reguladoras e criadas a partir da sua vigência.

§ 2º - Decreto definirá a Secretaria à qual cada agência reguladora estará vinculada.

Artigo 3º - Sem prejuízo das demais disposições desta lei complementar e do que dispuser a legislação específica, a natureza especial conferida às agências reguladoras é caracterizada pela:

I - ausência de subordinação hierárquica;

II - autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira;

III - investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade dos seus mandatos.

Artigo 4º - A ausência de subordinação hierárquica e a autonomia decisória das agências reguladoras são caracterizadas pela impossibilidade de revisão das decisões tomadas pelo seu Conselho Diretor no âmbito do Poder Executivo, observado o disposto no artigo 24 desta lei complementar.

Artigo 5º - A autonomia administrativa das agências reguladoras é caracterizada pelas seguintes competências:



Excel

O Microsoft Excel 2019 é um dos softwares de planilha eletrônica mais robustos e utilizados no mundo, integrante do pacote Microsoft Office. Excel é amplamente reconhecido por sua capacidade de ajudar usuários a organizar dados, realizar cálculos complexos, analisar informações e visualizar dados em gráficos e tabelas.



A tela do Excel é organizada em várias partes para facilitar o acesso a suas funcionalidades. Abaixo estão os componentes principais:

- **Barra de Ferramentas de Acesso Rápido:** Localizada no canto superior esquerdo, inclui ícones para salvar documentos, desfazer e refazer ações, e personalizar a barra para adicionar ou remover ícones.
- **Barra de Título:** Exibe o nome da pasta de trabalho aberta e o nome do programa. O nome padrão de uma nova pasta de trabalho é “Pasta”, que pode ser alterado ao salvar o arquivo.
- **Faixa de Opções:** Contém guias, grupos e comandos que organizam as funcionalidades do Excel. As guias incluem várias categorias como “Página Inicial”, que possui grupos para funções como área de transferência, fontes, alinhamento, entre outros.
- **Ajuda do Microsoft Excel (F1):** Acesso ao suporte do Excel, que pode ser offline ou online.
- **Opções de Exibição da Faixa de Opções:** Permite configurar a visibilidade da Faixa de Opções, com opções para ocultar automaticamente, mostrar apenas as guias, ou mostrar guias e comandos.
- **Botões de Controle da Janela:** Incluem Minimizar, Maximizar/Restaurar e Fechar, que controlam o tamanho e a visibilidade da janela do Excel.
- **Caixa de Nomes e Barra de Fórmulas:** Localizadas abaixo da Faixa de Comandos. A Caixa de Nomes mostra a célula ativa e a Barra de Fórmulas permite inserir e editar fórmulas. A Caixa de Nomes no Excel não só exibe a referência da célula ativa mas também permite navegar rapidamente para qualquer célula digitando sua referência e pressionando ENTER. Além disso, essa ferramenta é útil para nomear células ou grupos de células, facilitando o trabalho em planilhas extensas ao permitir referenciar células sem precisar lembrar suas posições exatas.



A teoria da demanda é um conceito fundamental na economia, que descreve a relação entre a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores estão dispostos e capazes de comprar e o preço desse bem ou serviço. Essa teoria é crucial para entender como os mercados funcionam, como os preços são determinados e como os consumidores tomam decisões de compra.

► Conceitos Básicos

- **Demanda:** Refere-se à quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam comprar a um determinado preço, em um dado período. A demanda não é estática e pode variar com mudanças nos preços, na renda dos consumidores, nas preferências e em outros fatores.
- **Quantidade Demandada:** É a quantidade específica de um bem ou serviço que os consumidores estão dispostos a comprar a um determinado preço. A quantidade demandada pode mudar com a variação do preço, mantendo-se constantes os demais fatores (*ceteris paribus*).
- **Lei da Demanda:** A lei da demanda afirma que, *ceteris paribus*, quando o preço de um bem aumenta, a quantidade demandada desse bem diminui, e quando o preço diminui, a quantidade demandada aumenta. Esta relação inversa é representada pela curva de demanda.

► Curva de Demanda

A curva de demanda é uma representação gráfica da relação entre o preço de um bem e a quantidade demandada. Em um gráfico, o preço é geralmente representado no eixo vertical (eixo Y) e a quantidade demandada no eixo horizontal (eixo X). A curva de demanda geralmente tem uma inclinação negativa, refletindo a lei da demanda.

► Fatores que Afetam a Demanda

- **Preço dos Bens e Serviços:** Conforme mencionado, há uma relação inversa entre o preço e a quantidade demandada, conforme a lei da demanda.
 - **Renda dos Consumidores:** Um aumento na renda dos consumidores geralmente aumenta a demanda por bens normais (bens cuja demanda aumenta com a renda), enquanto pode diminuir a demanda por bens inferiores (bens cuja demanda diminui com o aumento da renda).
- ### ► Preços de Bens Relacionados:
- **Bens Substitutos:** Se o preço de um bem substituto aumenta, a demanda pelo bem considerado pode aumentar (e vice-versa).
 - **Bens Complementares:** Se o preço de um bem complementar aumenta, a demanda pelo bem considerado pode diminuir (e vice-versa).
 - **Preferências dos Consumidores:** Mudanças nas preferências, influenciadas por fatores como moda, publicidade e mudanças culturais, podem alterar a demanda por diferentes bens e serviços.
 - **Expectativas:** Expectativas sobre preços futuros, renda futura e disponibilidade futura de bens e serviços podem influenciar a demanda atual. Por exemplo, se os consumidores esperam que os preços aumentem no futuro, podem aumentar a demanda no presente.
 - **Número de Consumidores no Mercado:** Um aumento no número de consumidores geralmente aumenta a demanda total por um bem ou serviço.



► Taxas de juros

Índices fundamentais no estudo da matemática financeira, sendo incorporadas sempre ao capital. São elas:

- **Taxa efetiva:** são aquelas onde a taxa da unidade de tempo coincide com a unidade de tempo do período de capitalização(valorização). Exemplo: Uma taxa de 13% ao trimestre com capitalização trimestral.

Atenção: Quando no enunciado não estiver citando o período de capitalização, a mesma vai coincidir com unidade da taxa. Em outras palavras iremos trabalhar com taxa efetiva!!!

- **Taxa nominal:** são aquelas cujas unidade de tempo **NÃO** coincide com as unidades de tempo do período de capitalização.

Exemplo:

1. (TJ/PE- ANALISTA JUDICIÁRIO-CONTADOR-FCC)

Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,

- (A) 21,7%.
- (B) 22,5%.
- (C) 24,8%.
- (D) 32,4%.
- (E) 33,7%.

Resolução:

21% a. t capitalizados mensalmente (taxa nominal), como um trimestre tem 3 meses, $21/3 = 7\%$ a.m(taxa efetiva).

im = taxa ao mês

it= taxa ao trimestre.

$(1+im)^3 = (1+it) \rightarrow (1+0,07)^3 = 1+it \rightarrow (1,07)^3 = 1+it \rightarrow 1,225043 = 1+it \rightarrow it = 1,225043-1 \rightarrow it = 0,225043 \times 100 \rightarrow it = 22,5043\%$

Resposta: B

Atenção: Para resolução de questões com taxas nominais devemos primeiramente descobrir a taxa efetiva (multiplicando ou dividindo a taxa)

Importante: toda taxa nominal traz implícita uma taxa efetiva que deve ser calculada proporcionalmente.

- **Taxas proporcionais (regime de juros simples):** são taxas em unidade de tempo diferente que aplicadas sobre o mesmo capital ao mesmo período de tempo irão gerar o mesmo montante.

Exemplo:

(PREF. FLORIANÓPOLIS/SC – AUDITOR FISCAL – FEPESE) A taxa de juros simples mensais de 4,25% equivalente à taxa de:

- (A) 12,5% trimestral.
- (B) 16% quadrimestral.
- (C) 25,5% semestral.



Noções de Estatística

O objetivo estatístico descritivo é sintetizar as principais características de um conjunto de dados usando tabelas, gráficos e resumos numéricos.

As estatísticas estão se tornando uma importante ferramenta de apoio à decisão todos os dias. Resumindo: É um conjunto de métodos e técnicas que ajudam a tomar decisões em meio à incerteza.

Estatística descritiva (Dedutiva)

O objetivo da Estatística Descritiva é resumir as principais características de um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Fazemos uso de:

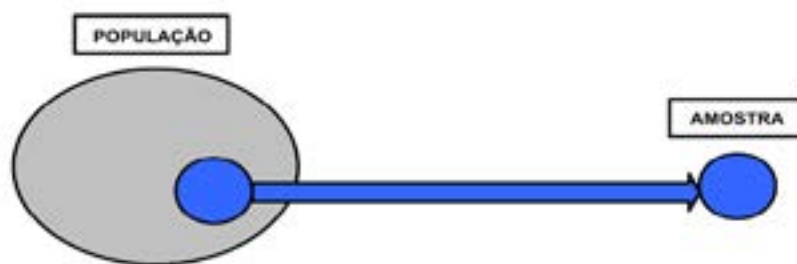
- **Tabelas de frequência:** ao dispor de uma lista volumosa de dados, as tabelas de frequência servem para agrupar informações de modo que estas possam ser analisadas. As tabelas podem ser de frequência simples ou de frequência em faixa de valores.
- **Gráficos:** o objetivo da representação gráfica é dirigir a atenção do analista para alguns aspectos de um conjunto de dados. Alguns exemplos de gráficos são: diagrama de barras, diagrama em setores, histograma, boxplot, ramo-e-folhas, diagrama de dispersão, gráfico sequencial.
- **Resumos numéricos:** por meio de medidas ou resumos numéricos podemos levantar importantes informações sobre o conjunto de dados tais como: a tendência central, variabilidade, simetria, valores extremos, valores discrepantes, etc.

Estatística inferencial (Indutiva)

Usar informações incompletas para tomar decisões e tirar conclusões satisfatórias. A base do método estatístico lógico é o cálculo de probabilidades. Usamos:

- **Estimação:** a técnica consiste em utilizar um conjunto de dados incompletos, ao qual iremos chamar de amostra, e nele calcular estimativas de quantidades de interesse. Estas estimativas podem ser pontuais (representadas por um único valor) ou intervalares.
- **Teste de Hipóteses:** o fundamento é levantar suposições acerca de uma quantidade não conhecida e utilizar, também, dados incompletos para criar uma regra de escolha.

População e amostra





O MODELO CLÁSSICO DE OFERTA E DEMANDA

O modelo clássico de oferta e demanda é um dos pilares da teoria econômica. Ele oferece uma maneira sistemática e lógica de entender como os preços e quantidades de bens são determinados em mercados competitivos. A simplicidade do modelo permite que ele seja amplamente aplicado em diversas situações, servindo de base para modelos mais complexos.

► Representação matemática das curvas de oferta e demanda

No centro do modelo estão duas funções fundamentais: a função demanda e a função oferta. Ambas relacionam o preço de um bem à quantidade que consumidores desejam comprar ou que produtores desejam vender.

A função demanda pode ser representada da seguinte forma:

Q_d igual a a menos b vezes P

Onde:

- Q_d é a quantidade demandada
- P é o preço do bem
- a e b são constantes, com a maior que zero e b maior que zero

Esse tipo de função mostra uma relação negativa entre preço e quantidade demandada. Ou seja, quanto maior o preço, menor será a quantidade procurada, o que reflete o comportamento típico dos consumidores.

Já a função oferta é geralmente expressa assim:

Q_s igual a c mais d vezes P

Onde:

- Q_s é a quantidade ofertada
- P é o preço do bem
- c e d são constantes, com d maior que zero

Neste caso, a relação é positiva. À medida que o preço sobe, aumenta também a quantidade que os produtores estão dispostos a ofertar, já que a atividade se torna mais lucrativa.

► Interpretação gráfica

Quando representamos graficamente essas duas funções em um plano cartesiano, com o preço no eixo vertical e a quantidade no eixo horizontal, temos duas curvas:

- A curva de demanda, com inclinação negativa
- A curva de oferta, com inclinação positiva

O ponto onde essas duas curvas se cruzam é chamado de ponto de equilíbrio do mercado. Nesse ponto, a quantidade que os consumidores desejam comprar é exatamente igual à quantidade que os produtores desejam vender. Esse equilíbrio determina o preço e a quantidade de equilíbrio.

Visualmente, o gráfico transmite a ideia de ajuste natural do mercado. Qualquer desequilíbrio entre oferta e demanda tende a gerar movimentos no preço que empurram o mercado de volta ao ponto de equilíbrio.



OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Os relatórios contábeis, também chamados de demonstrações contábeis, têm como principal objetivo fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas por parte dos usuários. Essas informações devem retratar, de forma fidedigna, a posição patrimonial e financeira da entidade, seu desempenho, suas mudanças na posição financeira e fluxos de caixa, entre outros aspectos relevantes.

A Estrutura Conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estabelece esses objetivos com base na utilidade das informações para investidores, credores, fornecedores, gestores, governos e demais interessados.

► Informações úteis para a tomada de decisões

A contabilidade existe para atender às necessidades de informação dos usuários. Um dos principais objetivos dos relatórios contábeis é auxiliar usuários externos, que não participam diretamente da gestão da entidade, a tomar decisões baseadas em dados confiáveis. Entre os principais usuários estão:

- **Investidores:** interessados em avaliar o retorno e os riscos de seus investimentos;
- **Credores e financiadores:** que precisam saber da capacidade da empresa em honrar compromissos;
- **Fornecedores:** interessados na solvência da entidade;
- **Órgãos reguladores e governamentais:** para fins de fiscalização e arrecadação tributária;
- **Clientes e empregados:** que buscam estabilidade e continuidade da entidade.

A informação contábil deve, portanto, ser relevante e representar fielmente a realidade da empresa. Isso significa que os relatórios contábeis devem permitir a avaliação do desempenho econômico e financeiro da entidade ao longo do tempo.

► Avaliação da posição financeira

Outro objetivo dos relatórios contábeis é apresentar, de forma clara, a posição patrimonial e financeira da entidade em determinada data. Isso é feito por meio do Balanço Patrimonial, que mostra os ativos (bens e direitos), os passivos (obrigações) e o patrimônio líquido (recursos próprios). Com esses dados, os usuários podem avaliar, por exemplo, o nível de endividamento da empresa, sua capacidade de investimento, ou sua liquidez.

► Mensuração do desempenho

As demonstrações contábeis também devem possibilitar a análise do desempenho da entidade ao longo de um período. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é o principal instrumento para isso, pois apresenta as receitas, os custos e as despesas, resultando no lucro ou prejuízo do período. Avaliar esse desempenho permite aos usuários entenderem como a entidade gera valor, se está sendo eficiente e se tem perspectiva de crescimento.

► Projeção de fluxos de caixa futuros

As informações contidas nos relatórios contábeis devem permitir aos usuários estimar os fluxos de caixa futuros da entidade. Saber quanto dinheiro entrará ou sairá da empresa no futuro é fundamental para decisões de investimento, concessão de crédito ou definição de políticas internas. Nesse sentido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) ganha relevância, pois detalha as entradas e saídas de caixa relacionadas às atividades operacionais, de investimento e de financiamento.



► **Funções de administração**

- **Planejamento, organização, direção e controle:**



► **Planejamento**

Processo desenvolvido para o alcance de uma situação futura desejada. A organização estabelece num primeiro momento, através de um processo de definição de situação atual, de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, que são os objetos do processo de planejamento.

O planejamento não é uma tarefa isolada, é um processo, uma sequência encadeada de atividades que trará um plano.

- Ele é o passo inicial.
- É uma maneira de ampliar as chances de sucesso.
- Reduzir a incerteza, jamais eliminá-la.
- **Lida com o futuro:** porém, não se trata de adivinhar o futuro.
- Reconhece como o presente pode influenciar o futuro, como as ações presentes podem desenhar o futuro.
- Organização ser PROATIVA e não REATIVA.
- Onde a Organização reconhecerá seus limites e suas competências.
- O processo de Planejamento é muito mais importante do que seu produto final (assertiva).

Idalberto Chiavenato diz: “Planejamento é um **processo** de **estabelecer objetivos** e **definir a maneira** como alcança-los”.

- **Processo:** Sequência de etapas que levam a um determinado fim. O resultado final do processo de planejamento é o PLANO.
- **Estabelecer objetivos:** Processo de estabelecer um fim.
- **Definir a maneira:** um meio, maneira de como alcançar.

Passos do Planejamento

- **Definição dos objetivos:** O que quer, onde quer chegar.
- **Determinar a situação atual:** Situar a Organização.
- **Desenvolver possibilidades sobre o futuro:** Antecipar eventos.
- Analisar e escolher entre as alternativas.
- Implementar o plano e avaliar o resultado.



DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

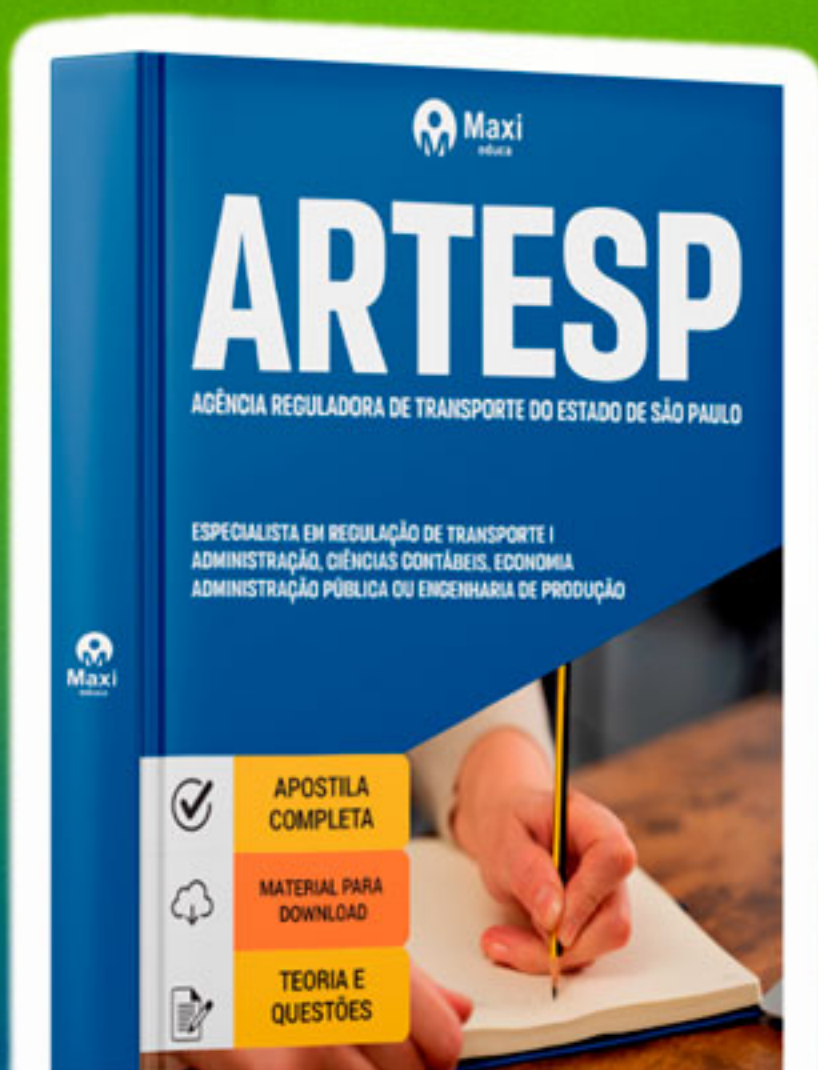
Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!